

Chrétien, o paladino da "virtude fiscal"

The Economist

Jean Chrétien não é o mais conhecido ou o mais carismático dos dirigentes mundiais. Mas pode ter surgido um sorriso de satisfação no rosto do primeiro-ministro canadense há duas semanas, quando, recém-chegado de uma visita a Moscou, ele partiu para uma reunião de cúpula da Comunidade Britânica em Edimburgo. Nenhum outro dirigente de um dos grandes países é capaz de ostentar tamanha virtude fiscal, ou uma mudança de rumo tão grande e tão rapidamente adotada nessa direção.

Em 1993-94, já na metade do ano fiscal durante o qual Chrétien e seu Partido Liberal foram guindados ao poder, ele e seu novo ministro das Finanças, Paul Martin, herdaram um enorme déficit federal: nas contas finais, ele havia se elevado dos 28 bilhões de dólares canadenses (cerca de US\$ 21 bilhões) computados cinco anos antes, para C\$ 42 bilhões (US\$ 31,5 bilhões), 5,9% do PIB. Na semana retrasada, Martin anunciou o resultado de 1996-97: C\$ 8,9 bilhões (US\$ 6,67 bilhões), a mais baixa cifra em dinheiro dos últimos 20 anos, e, em termos de PIB, uma parcela de 1,1%, o melhor resultado desde 1970-71.

O déficit não foi apenas baixo, mas muito mais baixo do que Martin previra. Ao apresentar seu orçamento em março de 1996, ele previu C\$ 24 bilhões (US\$ 18 bilhões); um ano mais tarde, ele ainda prognosticou C\$ 19 bilhões (US\$ 14 bilhões), logo que computadas as últimas contas de 1996-97. Agora, descobre que o déficit reduziu-se à metade e que, até 1998-99, o mais tardar, ele prevê estar em equilíbrio. E não por acaso.

O grande fator foi uma economia em ascensão: o Canadá saiu da estagnação que registrava em 1995 para um crescimento saudável – a um índice anual de 5% no segundo trimestre deste ano, quase saudável demais para a tranquilidade de seu banco central. Mas isso também não foi pura sorte. Quando assumiram o poder, em outubro de 1993, Chrétien e seu ministro das Finanças não se limitaram apenas a prometer lisura fiscal. Eles partiram para vender a ideia – e tiveram sua recompensa em junho passado, quando um governo que tinha atacado os gastos públicos foi reeleito, mesmo que não por uma diferença estrondosa, como em 1993, pelo menos com uma modesta maioria geral.

Dois dados se destacam do relatório de Martin sobre 1996-97. Os gastos federais "programáticos" (essencialmente tudo, menos juros sobre dívidas) caíram – nos 12 meses antes de Chrétien ter concorrido em eleições antecipadas – em mais de 6%. Em segundo lugar, o costumeiro déficit do que Martin chama delicadamente de "ajustes contábeis normais de fim de ano" – falando

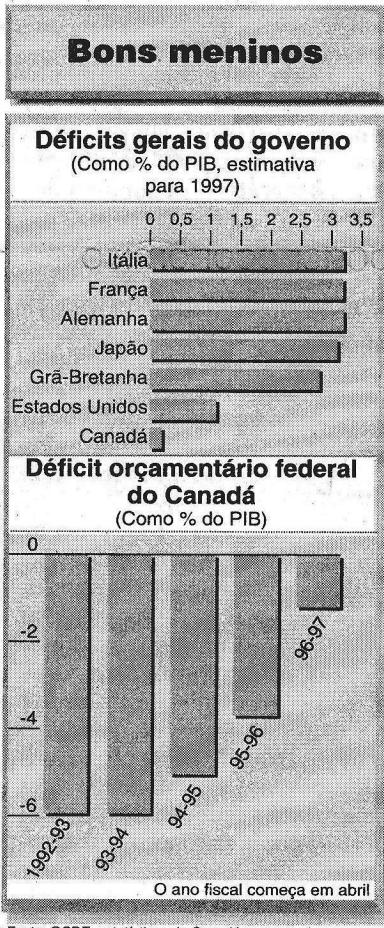
francamente, quando os que gastaram em excesso assumem sua falta – não foi registrado. Durante anos, esses ajustes engrossaram o déficit em vários bilhões; desta vez, o reduziram. Não foi apenas a economia que mudou, mas a cultura fiscal.

Os mercados reconhecem isso. Em janeiro de 1995, o Tesouro do Canadá estava pagando pouco acima de 1,5% ponto percentual a mais por dinheiro a vencer em dez anos – um teste padrão do grau de confiança do mercado – do que o dos Estados Unidos. Atualmente paga quase meio ponto menos. A dívida federal foi reduzida no ano passado, depois de 21 anos de sucessivo, e às vezes rápido, crescimento. A 73% do PIB, ela ainda está alta; mas o serviço da dívida toma C\$ 0,32 (US\$ 0,24) para cada dólar canadense de imposto. Mas aqui também a virtude valeu a pena, na medida em que o governo canalizou uma maior parte do dinheiro que toma emprestado – dois terços até agora – para dívidas de longo prazo de menor risco, e, com o passar do tempo, menos onerosas.

Como isso foi feito? Dentro do governo, com muita briga. Uma vez no poder, Martin logo viu que o endividamento e o déficit eram realmente enormes problemas. Chrétien, rapidamente convencido disso, deu-lhe sólido apoio desde então. As metas fiscais deixaram de ser roladas para cinco anos adiante, passando a apenas dois, para que a virtude não pudesse ser protelada. Foram tomadas decisões difíceis – e alguns gastos foram deslocados para os governos provinciais. Os gastos federais programáticos caíram de C\$ 120 bilhões (US\$ 90 bilhões) em 1993-94, para C\$ 105 bilhões (US\$ 78,7 bilhões), e até agora, afirma o número dois de Martin, Jim Peterson – com um toque de exagero? – o clima do gabinete é tal que a primeira pergunta de um virtual promotor de gastos não é

quanto ele pode obter, mas de onde virá o dinheiro. E a velha norma de "gaste este ano, senão perderá o dinheiro", caiu em desuso.

Não menos importante, os eleitores foram chamados a participar. Desde o final de 1994, uma comissão parlamentar pluripartidária, presidida por Peterson, manteve audiências públicas em várias cidades sobre questões orçamentárias. Martin e sua equipe explicavam o problema. As empresas e os lobistas de carteirinha foram chamados a dar sua opinião nesses encontros, de maneira que essas partes (e o público) pudessem ver que ambos estavam sendo ouvidos e manifestavam o que queriam. O resultado – ajudado recentemente pela recuperação da economia – foi um amplo consenso: não, é claro, em torno de como reduzir o déficit, mas em torno do fato de que ele precisava ser reduzido.



Fonte: OCDE, estatísticas do Canadá

para C\$ 7 bilhões (US\$ 5,2 bilhões), com cinco das dez províncias em superávit. As receitas subiram bastante; os gastos, depois de dois anos de elevações modestas, caíram para C\$ 137 bilhões (US\$ 102,7 bilhões). Embora as duas maiores províncias, Ontário e Quebec, ainda estejam com déficits significativos, todas fizeram sua parte, independentemente de sua política local. Não foi coisa conseguida com facilidade, e nem sempre de bom grado. Era tentador, e em parte verdadeiro, responsabilizar a sovinice federal pelos cortes nas províncias. E, nas províncias, a boa e velha tradição de que os eleitores apeiam do poder governos avarentos ainda não foi solidamente refutada.

E agora? Com os técnicos em previsões do setor privado prognosticando um crescimento de 3,7% para este ano e o próximo, os canadenses já estão vendo mais postos de trabalho – cerca de meio milhão mais, o que eleva o total acima dos 14 milhões, nos dois últimos anos – e a queda do desemprego, para o nível ainda alto de 9%, a partir de seu pico de 10% do mesmo período do ano passado.

E o que acontece quando chegar o "dividendo fiscal", o superávit que será computado se não for promovida nenhuma nova mudança fiscal ou nos gastos? Como dístriz, diz Martin, metade irá para gastos sociais, metade para abater a dívida e para reduzir os impostos, primeiramente para grupos especiais, depois para grupos mais amplos. Exatamente quem fica com quanto será coisa a ser decidida ano a ano. Mas para um ministro das Finanças realista pouco depois, não antes, de uma eleição, Martin está surpreendentemente disposto a falar, não apenas da continuidade da lisura fiscal ou do enxugamento do Estado, mas também de investimento público no futuro do país. Muitos o vêm como provável sucessor de Chrétien. Talvez ele concorde.

Iminente superávit será dividido entre gastos sociais e abatimento de dívidas

quanto ele pode obter, mas de onde virá o dinheiro. E a velha norma de "gaste este ano, senão perderá o dinheiro", caiu em desuso.

Não menos importante, os eleitores foram chamados a participar. Desde o final de 1994, uma comissão parlamentar pluripartidária, presidida por Peterson, manteve audiências públicas em várias cidades sobre questões orçamentárias. Martin e sua equipe explicavam o problema. As empresas e os lobistas de carteirinha foram chamados a dar sua opinião nesses encontros, de maneira que essas partes (e o público) pudessem ver que ambos estavam sendo ouvidos e manifestavam o que queriam. O resultado – ajudado recentemente pela recuperação da economia – foi um amplo consenso: não, é claro, em torno de como reduzir o déficit, mas em torno do fato de que ele precisava ser reduzido.